Revista COOPEX (ISSN:2177-5052)

Uma revisão de literatura sobre avaliação psicológica para porte de arma de fogo

A literature review on psychological assessment for carrying a firearm

Ruth Soares de Assis Garcia[1]
Layrtthon Carlos de Oliveira Santos[2]

Resumo. **Introdução:** A avaliação psicológica para permissão do porte de arma de fogo, segundo o Conselho Federal de Psicologia, tem por escopo averiguar se o indivíduo possui características compatíveis para o trabalho armado ou posse e manuseio pelos civis. Este processo avaliativo almeja, mais do que predizer o risco de sofrer ou produzir conflitos ou acidentes, identificar as dimensões psicológicas mais importantes para um manejo apropriado do porte e manuseio do armamento. **Objetivo**: Compreender como se dá o processo de avaliação para porte de arma de fogo, e elucida-se que se faz necessário sistematizar o que tem sido desenvolvido sobre o tema, tendo em vista as dificuldades e limitações em sua fundamentação profissional, com base na legislação brasileira vigente. **Metodologia:** Trata-se de um estudo exploratório por meio de uma revisão de literatura com análise narrativa, baseado em uma busca eletrônica de artigos indexados nas bases de dados do SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), e Google Acadêmico. **Resultados:** Nos trabalhos identificados a partir de 2012, observa-se apenas um artigo de natureza empírica desenvolvido no ano de 2015, e os demais trabalhos são revisões de estudos sobre a avaliação psicológica para porte de arma de fogo, nos anos de 2012, 2017 e 2018, demonstrando assim significativa escassez de estudos desta área no contexto brasileiro. **Conclusão:** A despeito desse tema foi possível evidenciar que várias questões de ordem prática do cotidiano dos psicólogos continuam sem respostas, comprovando as lacunas e dificuldades da área. Dessa forma, tendo em conta os achados, nos estudos citados e na dificuldade encontrada para se encontrar estudos para o desenvolvimento deste trabalho, propõe -se que sejam realizados estudos futuros, tendo em vista a escassez de pesquisas no contexto Brasileiro sobre a Avaliação psicológica para porte de ama de fogo.
Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Porte de Armas; Revisão.

Abstract. **Introduction:** According to the Brazilian Federal Council of Psychology, the psychological evaluation for permission to carry a firearm is aimed at determining whether the person has compatible characteristics for armed use or possession and handling by civilians. This assessment process aims not only to predict the risk of suffering or conflict or accident, but also to identify key psychological dimensions for appropriate gun size and handling. **Objective:** the objective of this study is to understand how the assessment process for the possession of a firearm takes place, and it clarifies the need to systematize what has been developed on this subject, given the difficulties and limitations in its professional basis, based on current Brazilian legislation. **Methodology:** It is an exploratory study based on a literature search with narrative analysis, based on an electronic search of articles in the databases SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Latin American and Caribbean Literature in Sciences) of Health), PePSIC (Electronic Psychology Journals) and Google Scholar. **Results:** Analysis of the results of studies identified since 2012 shows that there is only one empirical article from 2015. The other papers are reviews of studies on the psychological assessment of firearm possession from 2012, 2017, and 2018, thus showing a significant lack of studies in this area in the Brazilian context. **Conclusion:** Despite this topic, it was shown that several practical questions remain unanswered in the daily life of psychologists, proving the gaps and difficulties in this area. Therefore, considering the results, the studies cited, and the difficulty of finding studies to further develop this work, it is proposed that future studies be conducted, given the lack of research in the Brazilian context on the psychological assessment of firefighter-nurse ownership.
Keywords: Psychological Assessment, Firearm Possession; Review.

Dr. em Psicologia Social pela UFPB. Professor do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Patos (UNIFIP). E-mail: layrtthonsantos@fiponline.edu.br e Psicóloga, especialista em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP)ruthysoares32@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica compõe um procedimento técnico científico que permite ter acesso, partindo de uma demanda inicial, aspectos psicológicos, cognitivos e conativos de um indivíduo ou de um grupo (PRIMI, 2014). A partir de seu resultado, espera-se que no mínimo esta alcance trazer subsídios para tomada de uma decisão ou fazer uso desses dados para um devido acompanhamento do ou dos avaliados. Tal significado traz um grande desafio, quando se começa a refletir nos díspares contextos em que a avaliação pode ser aplicada e nas especificidades que cada tipo resguarda. Destes, provavelmente as avaliações compulsórias contabilizam o maior número de avaliações realizadas (PRIMI, 2014).

A avaliação psicológica compulsória consiste em uma avaliação que tem um caráter de obrigatoriedade. Dessa forma, o sujeito deve realizá-la por alguma exigência legal, em cumprimento a alguma requisição normativa. Dentre os exemplos mais comuns existentes no Brasil e que se aplicam na avaliação compulsória, estão a avaliação relativa à obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para motoristas do Detran (SILVA et al., 2015), a avaliação psicológica no contexto de concursos públicos, e a avaliação para manuseio de arma de fogo que será foco de estudo deste trabalho (THADEU et al., 2012)

Diante disso, a avaliação psicológica para permissão do porte de arma de fogo, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2008), tem por escopo averiguar se a pessoa possui características compatíveis para o trabalho armado ou posse e manuseio pelos civis. Este processo avaliativo almeja, mais do que predizer o risco de sofrer ou produzir conflitos ou acidentes, visa identificar as dimensões psicológicas mais importantes para um manejo apropriado do porte e manuseio do armamento (TOLEDO et al., 2005).

O objetivo dessa avaliação para permissão do porte de arma de fogo é analisar se a pessoa possui perfil compatível àquele esperado para trabalhar com uma arma ou, no caso dos civis, ter uma posse e manuseio da mesma. Segundo Toledo et al. (2005), a cultura da segurança se concretiza por meio de ações preventivas, não bastando ações interventivas posteriores a um impróprio desempenho do uso da arma de fogo. Uma vez disparada, a arma já causou danos a terceiros ou contra si mesmo. Carece, portanto, tomar os devidos cuidados para quem será concedido o direito de portar uma arma de fogo.

Segundo Primi (2010), a Avaliação Psicológica é um processo complexo, que busca metodicamente conhecer o funcionamento psicológico das pessoas de forma a orientar ações futuras. Nesse sentido, possui, em casos específicos, a função de gerar indicações preditivas sobre o comportamento do indivíduo, como em situações de controle emocional para manuseio de armas de fogo.

Instrumentos utilizados na Avaliação Psicológica para porte de arma de fogo

A Instrução Normativa nº 78 da Policia Federal (2014) delineia em seu anexo V, a relação dos indicadores psicológicos do portador de arma de fogo. São eles: atenção necessária (concentrada e difusa), memória (auditiva e visual) e indicadores psicológicos necessários (adaptação, autocrítica, autoestima, autoimagem, controle, decisão, empatia, equilíbrio, estabilidade, flexibilidade, maturidade, prudência, segurança e senso crítico). São considerados indicadores psicológicos restritivos: conflito, depressão, dissimulação, distúrbio, exibicionismo, explosividade, frustração, hostilidade, imaturidade, imprevisibilidade, indecisão, influenciabilidade, insegurança, instabilidade, irritabilidade, negativismo, obsessividade, oposição, perturbação, pessimismo, transtorno e vulnerabilidade (RESENDE, 2019).

A aptidão psicológica necessitará ser atestada em laudo conclusivo por psicólogo (a) da própria Polícia Federal (PF) ou por um profissional credenciado. A instrução normativa 78, de 10/02/2014, constituiu ainda uma bateria mínima de testes na aferição das características de personalidade e habilidades específicas dos usuários de arma de fogo: um teste projetivo, um expressivo, um de memória, um de atenção difusa e concentrada, além da entrevista semi-estruturada (PF, 2014). Nota-se que a Policia Federal não determina qual teste deve ser utilizado, contudo estipula algumas áreas essenciais para serem avaliadas como: personalidade, memória, atenção e contexto sócio-histórico. Isso permite que o psicólogo escolha técnicas que tem maior tato e experiência, possibilitando identificar pontos fortes e fraquezas que irão embasar o seu parecer de aptidão (PF, 2014).

Segundo Balestrin e Demarco (2019), embora esse perfil psicológico, pré-definido pelos psicólogos da Polícia Federal, seja a referência atual para as avaliações com a intenção de concessão do porte de arma de fogo, ele necessita de maior alicerce científico. Retomando o processo avaliativo psicológico, ele começa com a entrevista inicial, quando é apontada a demanda ou finalidade do exame, acompanhado da elaboração de hipóteses diagnósticas, passando para o estabelecimento da bateria de técnicas e instrumentos a serem utilizados, coleta

de dados, correção e interpretação dos resultados aferidos, findando com a entrevista devolutiva e elaboração do parecer final, com a redação do laudo.

Resende (2012), ao expor seu estudo sobre a avaliação psicológica para porte de arma de fogo destaca as técnicas projetivas de Rorschach, TAT, Pfister, Zulliger e HTP, como mais usadas para fornecer características de personalidade do candidato, possibilitando ao profissional fornecer um parecer embasado cientificamente. Em outro estudo Resende (2012), destaca o teste de Zulliger como um dos instrumentos mais usados em função da rapidez, economia e descrição das características de personalidade do candidato ao armamento.

Simonovich (2012), corrobora com Resende (2012), ao promover uma reflexão sobre as resoluções do Conselho Federal de Psicologia que regulamentam a Avaliação Psicológica e a importância da aplicação de técnicas projetivas em avaliações na área de segurança. Além disso destaca o uso das técnicas projetivas de Rorschach, Pfister, Zulliger, TAT e HTP na área de segurança. Assegura que essas técnicas munem ao psicólogo, uma captação mais integrada da pessoa, como também psicopatologias incapacitantes.

Por fim, Neto (2012), assim como Resende (2012), recomenda que a entrevista psicológica adjunta às técnicas projetivas tem se mostrado de enorme importância para corroborar características de personalidade do sujeito. Garante que a Polícia Federal não divulga os critérios imprescindíveis e restritivos para a aquisição do porte de arma, apenas apresenta em eventos científicos específicos. O autor conclui assegurando que só através da análise minuciosa dos resultados alcançados no processo de avaliação psicológica, o psicólogo (a) dará seu parecer conclusivo de aptidão ou não para portar uma arma de fogo.

Papel do psicólogo (a) na Avaliação Psicológica para porte de arma de fogo

O profissional de psicologia devidamente capacitado, atualizado, ético e atento aos fatores que podem estar entrelaçados na vida do candidato ao porte de arma, tem o dever de dar o parecer de aptidão se julgar que o mesmo apresentou condições psicológicas e aptidão para portar e manusear uma arma de fogo. Da mesma forma, negar o porte de qualquer pessoa que não apresente tais requisitos. A prática revela múltiplos desafios a serem enfrentados e empenhos devem ser empregados para minimizar os problemas nesta área de atuação (RESENDE, 2012).

Diante da avaliação psicológica, o Código de Ética da Psicologia (CFP, 2005) constitui princípios e normas sobre a prática do psicólogo, que deve se pautar pelo respeito ao ser humano e a seus direitos fundamentais. Cabe ao psicólogo atuar com responsabilidade, por meio do

contínuo aprimoramento profissional, e adquirir responsabilidade somente por atividades para as quais seja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente; podendo lançar mão de ferramentas, como testes psicológicos de uso privativo dos profissionais da psicologia (CFP, 2005).

Assim, a avaliação psicológica para o porte de arma é marcada por dificuldades e limitações em sua fundamentação e exercício, não existindo concordância sobre sua validade em relação à segurança pública (CANEDA, 2009). É basal, portanto, que os psicólogos explorem e pensem sistematicamente sobre essa prática avaliativa, uma vez que população está exposta a um crescimento íngreme dos níveis de violência por arma de fogo, maior do que situações de conflito armado como as guerras do Golfo e do Afeganistão (MELLO-SILVA, 2012; WAISELFISZ, 2013).

MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório por meio de uma revisão de literatura com análise narrativa, baseado em uma busca eletrônica de artigos indexados nas bases de dados do SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), e Google Acadêmico. Os artigos científicos devem conter o texto original publicado em revistas cientificas, estar acessível na integra nas bases de dados referidas. Foram incluídos 04 artigos e os critérios de inclusão são: artigos em português, publicados no Brasil, publicados em revistas da área de psicologia, entre os anos de 2012 a 2020.

Como critérios de exclusão desta pesquisa teve-se: não ser artigos científicos de revistas, não estarem em português ou em revistas de psicologia, não estarem acessíveis nas bases de dados adotadas (Google Acadêmico, Scielo, LILACS, PePSIC), não trazer em seu contexto discussões sobre a Avaliação Psicológica para porte de arma de fogo, não ter sido publicado no período de 2012 a 2020. De início fez-se um levantamento bibliográfico na língua portuguesa utilizando alguns termos para averiguar a presença de produções relativas a esse tema. O número de termos se deu pela quantidade restrita de estudos encontrados, sendo eles: avaliação psicológica e avaliação psicológica para porte de arma de fogo. Em seguida, foi feita análise das publicações para aprofundar o conhecimento sobre o construto e construção do referido trabalho. Foram encontrados 15 artigos, 04 foram incluídos e 11 foram excluídos pois não se encaixavam em todos os critérios de inclusão.

Nessa fase do estudo, fez-se imprescindível uma leitura analítica com a finalidade de classificar e sumariar os dados contidos nas fontes utilizadas, de maneira que estes permitissem

a aquisição de respostas ao problema de pesquisa. Os dados foram analisados a partir de uma análise interpretativa livre.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo teve como objetivo realizar uma revisão parcial (narrativa) de literatura sobre a Avaliação Psicológica para porte de arma de fogo. Nessa revisão foram utilizadas quatro obras que estão descritas na tabela a seguir (Tabela 1).

Tabela 1. Artigos incluídos na revisão narrativa.

Titulo	Ano de Publicação	Autores	Revista de Publicação	Objetivo Geral
Avaliação Psicológica para concessão do porte de arma de fogo à população e policiais da PMMG	2017	Marcelo Augusto Resende	Psicologia: Saúde mental e Segurança Pública	Conceituar a avaliação psicológica e descrever como ela é realizada, com a finalidade de concessão do porte de arma de fogo para a população em geral e para os integrantes da Polícia militar de Minas Gerais (PMMG), em particular
Prática e Formação: Psicólogos na Peritagem em Porte de Arma de Fogo	2015	Julia Carolina Rafalski e Alexsandro Luiz de Andrade	Psicologia: Ciência e Profissão	Conhecer as práticas, competências e aspectos de formação dos profissionais que atuam no campo da avaliação psicológica para porte de arma de fogo
Contribuições do Satepsi para avaliações Psicológicas Compulsórias (Trânsito, Porte de Arma e Concursos Públicos	2018	Cristiane Faiad e Irai Cristina Boccato Alves	Psicologia: Ciência e Profissão	Apresentar um panorama geral das avaliações psicológicas compulsórias, e discutir, acima de tudo, as contribuições que o satepsi realizou para a melhoria dessas práticas
Contribuições da Avaliação Psicológica ao porte de arma: uma revisão de estudos brasileiros	2012	Cristiana Rezende Gonçalves Caneda e Maycoln Leôni Martins Teodoro	Aletheia	Contribuir com aprofundamento das discussões de cunho teórico-metodológico da avaliação psicológica para porte de arma, apresentando uma revisão de estudos desenvolvidos no Brasil

Fonte: Dados da pesquisa.

Resende (2017), teve como objetivo no trabalho desenvolvido abordar sobre a avaliação psicológica para permissão do porte de arma de fogo à população e especificamente no campo da Policia Militar de Minas Gerais (PMMG). O método utilizado foi a revisão bibliográfica e em seguida foi feita uma análise de materiais de cunho conceitual. Os resultados evidenciaram que a avaliação psicológica tem um papel destinado ao psicólogo, e no que diz respeito ao porte de arma de fogo, deve seguir as legislações em vigor. No caso específico da PMMG o porte de arma de fogo já é intrínseco ao policial que está exercendo o seu papel na segurança pública, conforme a regulamentação federal. A avaliação Psicológica é realizada pelo Centro de Recrutamento e Seleção (CRS), na entrada dos profissionais na instituição e, posteriormente pelos oficiais psicólogos, nas unidades de saúde da PMMG. Nessas unidades compete aos oficiais psicólogos averiguar se os policiais militares estão em condições de manterem-se armados, até mesmo nos períodos de dispensa e licença do trabalho operacional. No entanto, é essencial destacar que o uso de técnicas como a entrevista e testes psicológicos, auxiliam não somente os psicólogos da PMMG, mas como também profissionais de outros órgãos a darem esse parecer de capacidade com segurança e embasamento científico.

O estudo de Rafalski e Andrade (2015), teve como objetivo principal conhecer as práticas, competências e aspectos de formação de profissionais que atuam no campo da avaliação psicológica para porte de arma de fogo. Todas as 14 participantes eram o sexo feminino, com idades entre 30 e 60 anos, com média de 39,1 anos (DP= 7,1 anos). Foi utilizado um Roteiro de entrevista para Psicólogos (as) Peritos (as) contendo 21 questões que abrangiam perguntas sobre a formação dos participantes a obtenção do título de perito e os requisitos necessários para o procedimento, as práticas de avaliação psicológica executadas pelos profissionais, as particularidades da avaliação do candidato ao porte e os desafios e influências na área. Para este trabalho, realizou-se um recorte com 11 questionamentos sobre a inserção dos psicólogos na área de Porte de Arma de Fogo, suas especificidades e desafios. Para a análise dos dados coletados, foi-se utilizada a análise de conteúdo das respostas obtidas via conceitos de Bardin (1994). Para isso, foram criadas categorias referentes as respostas de cada questionamento.

Os resultados do estudo de Rafalski e Andrade (2015) apontaram que a carência de formação voltada para a peritagem em porte de arma de fogo, bem como a formação deficitária em Avaliação Psicológica, podem gerir percepções negativas deste contexto de atuação. A preocupação burocrática e documental que envolve esta avaliação, a falta de parâmetros para avaliação de perfil dos avaliados e o problema do descrédito do psicólogo como avaliador

surgiram como temáticas adjacentes, levantando a discussão do papel da formação na disseminação de melhores práticas profissionais.

No estudo de Faiad e Alves (2018), o objetivo foi mostrar o papel do Satepsi, que é o Sistema de Avaliação de Teste Psicológicos, na regulamentação das avaliações psicológicas compulsórias, ou seja, aquelas de caráter obrigatório. Através de uma revisão de literatura o presente artigo apresentou um histórico das normativas construídas pelo Conselho Federal (CFP), nos últimos 15 anos, algumas das normas e ações realizadas pelo CFP para seu aprimoramento. Foi possível identificar a partir desse panorama histórico as contribuições do SATEPSI, que psicólogos que trabalham em diferentes contextos de avaliação psicológica, com o passar do tempo, adquiriram mais embasamento científico para sua prática. No que se refere especificamente a avaliação psicológica para porte de arma de fogo, neste artigo pôde-se constatar que são grandes as limitações. Embora exista uma delimitação de características não se sabe ainda quais os critérios mais indicados para um candidato ser considerado apto para portar uma arma de fogo ou não, ficando a critério do psicólogo (a) responsável por essa avaliação essa delimitação, assim como a composição de diferentes baterias para uma mesma finalidade. Como na maioria dos artigos encontrados, nesse em específico foi deixado claro a carência de artigos nessas áreas, porem observou-se que muito se avançou nesses últimos quinze anos, desde a criação do Satepsi.

Por fim, o estudo de Caneda e Teodoro (2012), teve como foco apresentar uma revisão de estudos brasileiros e contribuir com o aprofundamento das discussões de cunho teórico metodológico na avaliação psicológica para porte de arma. Foi realizada uma revisão assistemática dos estudos nacionais que englobam essa temática. As buscas foram realizadas a partir da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), e foram incluídos artigos de periódicos que trouxessem, em seu título ou corpo, alguma referência à avaliação psicológica para o porte de arma, utilizando como descritores porte de arma, avaliação psicológica, avaliação psicológica para porte de arma, também artigos das próprias referências bibliográficas dos artigos encontrados, das referências bibliográficas de trabalhos de revisão de literatura que abordavam o tema e dos anais existentes na biblioteca virtual. Foi realizada uma combinação de palavras-chaves com uma maior abrangência, pois houve dificuldades em encontrar textos na área da avaliação do porte de arma.

Um total de 2 artigos de natureza empírica foram encontrados, 14 trabalhos de anais, 2 dissertações e um livro, compreendo o período de 1998 a 2012. Não foi limitado o período de publicação em razão da pouca quantidade de trabalhos sobre o tema. Uma série de questões de ordem prática no cotidiano dos psicólogos (as) continuam sem respostas, e isso pôde ser

comprovado com a análise desse tema em questão, comprovando as limitações e dificuldades da área. Na legislação brasileira a avaliação psicológica se caracteriza como uma exigência, porem a produção cientifica apresentada e analisada nessa revisão mostra a dificuldade e escassez de estudos na área. É importante haver uma reflexão por parte dos profissionais em relação a sua prática na avaliação psicológica para porte de arma.

Analisando os resultados dos estudos identificados a partir de 2012, observa-se apenas um artigo de natureza empírica desenvolvido no ano de 2015, e os demais trabalhos são revisões de estudos sobre a avaliação psicológica para porte de arma de fogo, nos anos de 2012, 2017 e 2018, demonstrando assim significativa escassez de estudos desta área no contexto brasileiro. Sobre as temáticas abordadas pelo autores, Resende (2017) destaca que a avaliação psicológica para porte de arma de fogo é uma função privativa do psicólogo e deve seguir as legislações em vigor e afirma que este processo envolve a integração de dados colhidos de várias fontes, sendo uma delas os testes psicológicos, tarefas especificas as pessoas como meio de ressaltar a manifestação do comportamento, e através delas, inferir características psicológicas. Primi, et al. (2013), afirmam que os psicólogos inferem atributos psicológicos a partir da maneira como os indivíduos se comportam nessas tarefas. Cunha (2002), corroborando com Primi et al. (2013), analisa que o psicólogo deve definir bem seus objetivos para encontrar os resultados de acordo com o que foi pedido no teste, porém nunca esquecer que essas tarefas são apenas instrumentos utilizados para auxiliar o processo.

No estudo de Rafalski e Andrade (2015), foi aferida a carência de formação na área da avaliação psicológica para porte de arma de fogo. Bernardes (2012) afirma que a obtenção de competências que permitam o exercício ético e habilidoso nesta área é de extrema importância, investir numa formação que garanta domínio nessas atividades é imprescindível, contudo não só nesta área, mas em qualquer atividade dentro da psicologia. Nesta direção, Noronha (2002) realizou uma pesquisa com 214 psicólogos do CRP 6ª região, e verificou que os problemas mais frequentes em relação à avaliação psicológica e mais especificamente em relação aos testes psicológicos dizem respeito à carência na formação dos profissionais, destacando a necessidade de estabelecimento de parâmetros mais específicos para a formação na área, assim como observado no estudo de Rafalski e Andrade (2015).

No estudo de Faiad e Alves (2018), houve um destaque para as limitações na área da avaliação psicológica para porte de arma de fogo em relação à delimitação de características para a aptidão de portar ou não uma arma de fogo, foi possível observar a carência de estudos na área. Lobosque (2014), corrobora com Faiad e Alves (2018) e afirma que as limitações desta prática são muitas, e assegura que apesar de existir uma delimitação de características

necessárias para tal aptidão não se sabe ainda quais os critérios específicos para o seu êxito. A autora ainda identifica que não há no Brasil, mesmo por parte da instituição norteadora, estudos que embasem a escolha desta bateria mínima de aplicação para esta avaliação. Lobosque (2014) sugeriu um estudo de evidência de validade de um perfil necessário para manuseio de arma de fogo e suas diferenças para os extratos da segurança pública, sociedade e segurança privada em fase de validação, estabelecido por especialistas e o Grupo de Pesquisa em Avaliação Psicológica no contexto de segurança pública e privada, porém foi constatado que o contexto Brasileiro carece de maiores investimentos que deem mais informações para tal prática.

Caneda e Teodoro (2012), assim como Faiad e Alves (2018) e Lobosque (2014), também apontam a limitação da falta de estudos que subsidiem a área. Confirmando esses resultados, Caneda e Teodoro (2011) buscaram levantar algumas produções cientificas relacionadas à avaliação psicológica para o porte de arma no Brasil. O levantamento foi feito através da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), poucas pesquisas foram encontradas que fazem contribuições para este tipo de avaliação, utilizando-se dos testes psicológicos aprovados pelo CFP, e na maior parte comercializados.

A despeito desse tema foi possível evidenciar que várias questões de ordem prática do cotidiano dos psicólogos continuam sem respostas, comprovando as lacunas e dificuldades da área. Dessa forma, tendo em conta os achados, nos estudos citados e na dificuldade encontrada para se encontrar estudos para o desenvolvimento deste trabalho, propõe -se que sejam realizados estudos futuros, tendo em vista a escassez de pesquisas no contexto Brasileiro sobre a Avaliação psicológica para porte de ama de fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo possibilitou compreender como se dá o processo de avaliação psicológica para porte de arma de fogo. Em síntese, os resultados do presente estudo permitiram reforçar a importância da avaliação psicológica para porte de arma de fogo no contexto atual, apesar da produção lenta que leva ao descrédito do serviço e também da categoria, no entanto, o objetivo proposto foi alcançado.

Essas implicações sugerem a importância de se considerar em investigações futuras a avaliação psicológica para porte de arma de fogo, visto que, foram encontradas algumas limitações em relação à temática, principalmente em relação estudos que são escassos, em âmbito nacional. Espera-se que esse estudo possa suscitar reflexões acerca da temática estudada, gerando o planejamento de intervenções e implementações de estratégias que

promovam uma maior produção de pesquisas nessa área. Essa prática revela desafios a serem enfrentados, porém este tema tem uma relevância consideravelmente significativa no contexto social, pois além de promover o conhecimento sobre o assunto, é de extrema importância armar apenas os que apresentam requisitos para tal.

REFERÊNCIAS

BALESTRIN, J. L.; DEMARCO; T. T. **Avaliação Psicológica para Porte de Arma de Fogo**. In Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1994.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9437/1997**. [Revogado pela lei nº 10826, de 22.12.2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9437.htm.

BERNARDES, J. S. A formação em psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: Alguns desafios atuais. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 216-231, 2012.

CANEDA, C. R. G.; TEODORO; M. L. M. **Contribuições da Avaliação Psicológica ao Porte de Arma de Fogo**. In: V Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica, Bento Gonçalves/RS, 2011.

CANEDA, C. R. G. (2009). **Desenvolvimento e propriedades psicométricas da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

CANEDA, C. R. G.; TEODORO; M. L. M. (2012). Contribuições da avaliação psicológica ao porte de arma: uma revisão de estudos brasileiros. **Revista Aletheia**, v. 38, n. 39, p. 162-172, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 018, de 9 de dezembro de 2008**. Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. Brasília, DF.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

FAIAD, C.; ALVES; B. C. I. Contribuições do Satepsi para Avaliações Psicológicas Compulsórias (Trânsito, Porte de Arma e Concursos Públicos). **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v. 38, p. 50- 59, 2018.

LOBOSQUE, E. M. G. **Avaliação psicológica para porte de arma de fogo: o que medir afinal?** (Dissertação). Universidade Salgado de Oliveira, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

MAYA, A. S. Avaliação Psicológica para manuseio de arma de fogo: Considerações Críticas a IN-DPF nº 78 de 10.02.2014. **Revista Especialize Online IPOG**, Goiânia v. 1, n.14, 2017.

MELLO-SILVA, A. C. C. (2012). Qualidade de vida e trauma psíquico em vítimas da violência por arma de fogo. **Revista Texto & Contexto**, v. 21, n. 3, p. 558-565, 2012.

MIRANDA, B. **Maioria dos mineiros se diz contra liberar armas**. Jornal O tempo. Belo Horizonte, 26 de mar. 2018. p.4.

NASCIMENTO, T. G.; PIMENTEL, C, E.; ADAID; C. B.G. Escala de atitudes frente à arma de fogo (EAFAF): Evidências de sua adequação psicométrica. **Revista Psicologia Teoria e Pesquisa**. v. 32, n. 1, p. 239-248. 2016.

NETO, S. J. **A utilização de técnicas projetivas na avaliação psicológica para o porte de arma de fogo**. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos, Brasília/DF, 2012.

NORONHA, A. P. P.; BERALDO, F. N. M.; OLIVEIRA; K. L. Instrumentos psicológicos mais conhecidos e utilizados por estudantes e profissionais de psicologia. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 7, n. 1, p. 47-56, 2003.

NORONHA, A. P. P. Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. **Revista Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 135-142, 2002.

PASQUALI; L. **Psicometria**: Teoria dos testes na psicologia e na educação. 3. ed. Petrópolis: Editora RJ: VOZES, 2009.

POLÍCIA FEDERAL. Diário oficial da União. **Instrução Normativa Nº 78, de 10 de fevereiro de 2014**. Estabelece procedimentos para o credenciamento e fiscalização de psicólogos responsáveis pela expedição de comprovante de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e regulamenta a atuação do psicólogo na avaliação psicológica do vigilante.

PRIMI, R.; GATAS, R.; SOUZA; A. **Critérios para avaliação dos testes psicológicos**. Disponível em http://2.pol.org.br/satepsi/CD_testes/pdf/relatoriotestes_cap4.pdf, 2013.

PRIMI, R. (2014). **Avaliação psicológica e trabalho**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2014. 128 p.

PRIMI, R. Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. **Revista Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 25-35, 2010.

RAFALSKI, C. J.; ANDRADE; L. A. Prática e Formação: Psicólogos na Peritagem em Porte de Arma de Fogo. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. Espirito Santo, v. 35, n. 2, p. 599,612, 2015.

RESENDE, A. M. Desafios da Avaliação Psicológica para Porte de Arma de Fogo. **Revista Psicologia & Conexões**, v. 2. 2019.

RESENDE, M. A. **O teste de Zulliger na avaliação para o porte de arma de fogo**. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos, Brasília/DF, 2012.

RESENDE, A. M. Avaliação Psicológica para concessão do porte de arma de fogo a população e policiais da PMMG. R**evista Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**, v. 6, p. 113-131, 2017.

SIMINOVICH, M. **A avaliação psicológica na área de segurança e em concursos públicos**. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos, Brasília/DF, 2012

SILVA, M. A.; ALVES, I. C. B.; ROSA; H. R. Avaliação psicológica no contexto do trânsito: revisão de literatura do período de 2006 a 2015. **Revista Boletim de Psicologia**, v. 65, n. 143, p. 157-174, 2015.

THADEU, S. H.; FERREIRA, M. C.; FAIAD; C. A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública. **Revista Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 229-238, 2012.

TOLEDO, F.; MONTORO, L.; CIVERA; C. (2005). la psicología aplicada a la selección de aspirantes a la tenencia y uso de armas de fuego en españa. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 39, n.1, p. 117-126, 2005.

WAISELFISZ, J.J. **Mortes matadas por armas de fogo**. Mapa da violência. Cebela – Centro Brasileiros de Estudos Latino-Americanos, 2013.